

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL****REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, de 2021  
(Do Sr. David Miranda e outros)**

Requer a realização de audiência pública virtual em conjunto com a Comissão de Legislação Participativa para tratar dos termos e consequências do Tratado de Livre Comércio entre o Mercosul e a União Européia.

Senhor Presidente,

Nos termos dos artigos 24, inciso III, 32, inciso XV, alínea “c”, e 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência a realização de audiência pública virtual em conjunto com a Comissão de Legislação Participativa (CLP) para tratar dos termos e consequências do Tratado de Livre Comércio entre o Mercosul e a União Européia, com a presença dos seguintes convidados:

1. Representante do Ministério da Economia;
2. Representante do Ministério das Relações Exteriores;
3. Sr. Gastón Harispe, Presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul;
4. Sr. Francisco Guerreiro, Europarlamentar (Os Verdes/Aliança Livre Europeia);
5. Sra. Delara Burkhardt, Europarlamentar (Partido Social Democrata);
6. Miguel Urban Crespo, Europarlamentar (Podemos)
7. Sra. Sonia Guajajara, Coordenadora executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB);
8. Padre Dário Bossi, Rede Eclesial Pan-Amazônica – REPAM-Brasil;
9. Maureen Santos, especialista da PUC-Rio e integrante da Frente Brasileira contra o Acordo UE-Mercosul;
10. Rubens Ricupero, embaixador e ex-secretário-geral da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD);
11. Adhemar Mineiro, pesquisador da UFRRJ e membro da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip);

**JUSTIFICAÇÃO**

Em 28 de junho de 2019, negociadores da União Europeia e do Mercosul anunciaram em Bruxelas a conclusão de um “acordo de princípio” sobre o



escopo do tratado de livre comércio que os dois blocos começaram a debater em 1999.

O Acordo de Associação cobre três áreas: livre comércio, cooperação e diálogo político. A parte que trata do livre comércio possui dezessete capítulos, prevendo a redução e eliminação completa de tarifas; a ampliação das cotas de importação e exportação, além da eliminação, num prazo de até 15 anos, de barreiras não tarifárias sobre as principais *commodities* agrícolas e minerais exportadas pelo Mercosul e sobre produtos industrializados da União Europeia, incluindo máquinas e equipamentos, produtos farmacêuticos e agrícolas. Ressalta-se, ainda, que o texto publicado inclui também setores essenciais para políticas de desenvolvimento dos países como compras governamentais, serviços públicos e financeiros.

Sob forte debate dentro do parlamento da União Europeia, envolvendo setores empresariais, sociedade civil e especialistas, o Acordo divide opiniões sobre os impactos do acordo e a ausência de instrumentos vinculantes em favor da proteção do meio ambiente, democracia e dos direitos humanos. No Brasil, no entanto, o tema segue ausente dos debates no Congresso Nacional e no dia a dia da população.

A falta de participação e transparência na negociação do texto e a inexistência de estudos técnicos e de impacto do acordo sobre os mais diversos setores da sociedade e da economia redobram a importância deste debate, sendo urgente a realização de uma audiência pública sobre o tema.

Assim, com o objetivo de promover essa importante discussão, solicitamos a nossos pares o apoio à aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 2021.

David Miranda  
PSOL - RJ

Glauber Braga  
PSOL - RJ

Carlos Zarattini  
PT - SP

Ruy Falcão  
PT -MG





## **Requerimento** **(Do Sr. David Miranda )**

Requer a realização de audiência pública virtual em conjunto com a Comissão de Legislação Participativa para tratar dos termos e consequências do Tratado de Livre Comércio entre o Mercosul e a União Européia.

Assinaram eletronicamente o documento CD213437201000, nesta ordem:

- 1 Dep. David Miranda (PSOL/RJ)
- 2 Dep. Glauber Braga (PSOL/RJ)
- 3 Dep. Carlos Zarattini (PT/SP)
- 4 Dep. Rui Falcão (PT/SP)

